

Deputado Humberto Melo  
Horta, 25 de Setembro de 2002

Rabo de Peixe é uma das freguesias mais populares dos Açores.

É em Rabo de Peixe que ainda persistem os mais graves e complexos problemas de pobreza e exclusão social, que atingem os maiores índices populacionais.

São famílias inúmeras a viver do rendimento mínimo garantido; é o alcoolismo que alastra com todas as suas gravosas consequências; são os marginalizados da sociedade e do progresso em número tão exagerado; é o absentismo escolar que atinge os padrões mais elevados da Região.

São ruas com dezenas e dezenas de casas sem o mínimo de condições de habitabilidade.

São casas e mais casas onde vivem pais, filhos e netos sem que haja a mínima condição de dignidade para quem lá habita.

Parecendo querer avançar com propostas e soluções sustentadas de desenvolvimento e de combate à pobreza naquela freguesia, o Governo Regional encomendou à Universidade Católica a realização de um estudo sócio-económico, cujo relatório final aponta como eixos prioritários:

- A educação, passando pela aceleração do parque escolar e ajustamento às condições de acolhimento da criança.
- O parque habitacional, perspectivando formas de ampliação e ao mesmo tempo destruindo as casas de familiares realojadas.

- O porto de pescas, tornando-o operacional em temas de meios e serviços.
- A formação profissional e a sua adequação à realidade e ao emprego.

Antevendo já os resultados daquele estudo, o próprio Governo Regional criou um programa designado Intervenção Específica em Rabo de Peixe, com o intuito de articular políticas e de potenciar as medidas a desenvolver na freguesia, cabendo a coordenação global ao Presidente do Governo Regional. Por essa via, era conferida ao programa uma natureza transversal a todos os sectores e a força e capacidade políticas que se exigiriam.

Foram há pouco mais de dois anos, que o Presidente do Governo Regional chamou, a Santana, os presidentes da Câmara Municipal da Ribeira Grande e da Junta de Freguesia de Rabo de Peixe e, perante os órgãos de comunicação social, anunciou, com pompa e circunstância, tal programa de intervenção. Foi um acto de especial relevância e solenidade.

Parecia, assim, chegada a hora de Rabo de Peixe. Prometia-se um investimento anual de 1 milhão de contos, através de uma intervenção articulada e concentrada de todos os departamentos, por forma a garantir eficácia na acção para a resolução dos graves problemas de que sofre a freguesia de Rabo de Peixe.

Mas, infelizmente, a experiência e a realidade comprovam o contrário.

Ainda na semana passada, o Presidente do PSD/Açores, Dr. Victor Cruz, e outros Deputados visitaram a freguesia e puderam constatar o falhanço do Governo Regional na concretização do Programa de Intervenção Específica em Rabo de Peixe.

Trata-se de mais um exemplo da política socialista vistosamente anunciada, mas pouco ou nada concretizada.

Afinal o Governo Regional anuncia milhões, mas depois só aparecem tostões!

Imediatamente salta à vista o estado de abandono do porto de pescas: não há electricidade nem abastecimento de água; a sinalização não está funcional; não há meios mecânicos; não há casa de aprestos; o caminho de acesso está num estado lastimável e impróprio para viaturas. Esta infraestrutura de apoio à pesca pode ser, é com toda a certeza, um elemento estruturante da freguesia, não só no plano urbano como pelos efeitos induzidos na criação de novos níveis e padrões sociais.

No domínio habitacional, a obra mais visível é a construção da primeira fase de 48 habitações no Novo Bairro de Pescadores que a Câmara Municipal leva a cabo num programa do INH para 77 moradias.

Outra iniciativa municipal de grande alcance e sentido estratégico é a escola profissional de Rabo de Peixe que tem sabido dar resposta aos anseios e necessidades imediatas mas que, a prazo, multiplicará os benefícios por toda a comunidade.

Há, pois, que aproveitar o dinamismo e a capacidade do Poder Local na resolução concreta dos reais problemas, pois é ele que, em primeira instância, melhor os conhecem pela proximidade às populações e, por isso, melhor os resolvem ou podem ajudar a resolver.

Para quem tanto precisa como Rabo de Peixe não é aceitável que, dos 538 mil contos inscritos em 2001, apenas se tenham despendido 97,6 mil contos.

Isto é, o Governo apenas foi capaz de executar um quinto da verba que a Assembleia Legislativa aprovou para o Programa Intervenção Específica em Rabo de Peixe.

E, quando a habitação é um dos elementos chave para a promoção da melhoria de vida de tantas famílias, o Governo não chegou a investir, segundo os seus próprios dados, 5000 contos!

Numa carta endereçada a Sua Excelência o Presidente da Assembleia, em finais de 2001, escrevia o presidente da Junta de Freguesia de Rabo de Peixe: “é público e notório que em um dos mais graves problemas da freguesia é o da habitação.

...., nos últimos quatro anos, apenas foi possível adquirir uma casa para realojar uma família carenciada. Na vasta lista de espera existem mais de uma dúzia de famílias abaixo de patamares mínimos da existência humana”.

Numa nota distribuída à comunicação social, referia a Câmara Municipal da Ribeira Grande que “ o défice habitacional de Rabo de Peixe é de cerca de 500 moradias. Este Governo não adquiriu nenhum terreno na freguesia, os realojamentos marcam passo, existem ainda terrenos deixados pelos Governos do PSD que aguardam execução de infra-estruturas.”

Não tem desculpa o Governo para tanta incapacidade e ineficácia.

Em 2002, pode constatar-se que a execução financeira do primeiro semestre se situou apenas na casa dos 20% da dotação total inscrita no programa de Intervenção Específica em Rabo de Peixe.

Todavia, sobressai a falta da justa e exigível opção, por parte do Governo Regional, de privilegiar acções de carácter estrutural como “diversificação agrícola, emprego, juventude, desenvolvimento de infra-estruturas escolares, património e actividades e culturais, desenvolvimento desportivo, turismo e sistema rodoviário, cuja taxa de execução é simplesmente nula!

A opção que o Governo Regional assume na reprogramação financeira do Plano de Médio Prazo no sentido de triplicar as verbas para a “ciência e tecnologia” e de reduzir em 47% as da habitação não é concertada a melhor nem tão pouco a que merece a população daquela importante freguesia piscatória.

Num Plano de Médio Prazo que tinha 4,045 milhões de contos, agora o Governo propõe 2,24 milhões de contos.

Afinal o Governo promete milhões, mas depois corta milhões!

Aqui, bem pode dizer-se que o PS promete o dobro e só dá metade!

São esses sinais que preocupam o PSD porque assim não se consegue certamente resolver os problemas que afligem Rabo de Peixe.

Essa política socialista não pode merecer a concordância do PSD que, antes insatisfeito com ela, tudo tem feito e continuará a fazer para que, através dos seus autarcas, a freguesia de Rabo de Peixe mereça uma atenção redobrada, particularmente por forma a que o direito à habitação seja uma realidade e um factor de valorização da dignidade humana e da vivência familiar numa das maiores freguesias da nossa ilha de São Miguel.

Hoje, como ontem, pode o Governo Regional contar sempre com a disponibilidade especial do Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande e da Junta de Freguesia de Rabo de Peixe, para dialogar, cooperar e colaborar, num quadro de relacionamento franco, aberto e transparente, a favor dos desígnios do povo daquela freguesia.

Afinal, ambos, António Pedro e Artur Martins, viram os seus mandatos democráticos renovados e confirmados.

O povo sabe distinguir o trigo do joio, mesmo no próprio jogo do discurso oficial que lhe é debitado.

O povo sabe quem fala da verdade. Ela prevalece sempre.

O PSD mereceu a confiança maioritária dos Açorianos, nos dois últimos actos eleitorais.

O PSD e o seu Líder, Dr. Victor Cruz, estão preparados para merecerem o voto maioritário do povo dos Açores, concretizando assim uma Nova Esperança para os Açorianos.